PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

3ª. VARA FEDERAL DE NITERÓI

JFRJ
Fls 472

PROCESSO Nº 0135094-20.2015.4.02.5102 (2015.5102135094-3)
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RÉU : UNIAO FEDERAL
: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
: MUNICÍPIO DE MARICÁ

DECISÃO

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** em litisconsórcio com o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, objetivando, em sede de antecipação dos efeitos da tutela, que a **UNIÃO FEDERAL**, o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** e o **MUNICÍPIO DE MARICÁ** se abstenham de praticar qualquer ato ou omissão tendente a suprimir, destruir, mutilar ou descaracterizar, total ou parcialmente, direta ou indiretamente o patrimônio cultural e arqueológico referente aos *Beachrocks* de Jaconé, observadas as coordenadas geográficas, conforme descritas na inicial. Requerem, ainda, que seja declarado o tombamento provisório da citada área, com a sua inscrição nos livros tombos dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural e arqueológico de cada um dos Réus, com as notificações dos mesmos. Requerem, ainda, a aplicação de multa não inferior a R\$10.000.000,00 por evento para cada Réu a ser aplicada na hipótese de descumprimento da liminar.

Com a inicial vieram os documentos às fls. 130/462.

É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR.

A presente ação civil tem como objeto a tutela de bem público da União Federal e busca evitar a eventual ocorrência das mais variadas sortes de dano nesse patrimônio. A natureza pública federal do bem a ser tutelado, indica tratar-se de atribuição exclusiva do Ministério Público Federal de modo a tornar inviável a formação de litisconsórcio ativo com o Ministério Público Estadual. Ainda que assim não fosse, o Ministério Público tem como princípio institucional a unicidade afastando a plausibilidade da atuação concomitante de dois dos seus ramos. Precedentes.

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIÇO PÚBLICO DE TELECOMUNICAÇÕES. LITISCONSÓRCIO ATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. DISTINÇÃO ENTRE COMPETÊNCIA E LEGITIMAÇÃO ATIVA.

1. O Ministério Público Estadual não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública objetivando a tutela de bem da União, porquanto é atribuição inserida no âmbito de competência do Ministério

Decisão em AT – Fls. 1/9
Proc: 2015.5102135094-3

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

JFRJ
Fls 473

Público Federal, submetida ao crivo da Justiça Federal, coadjuvada pela impossibilidade de atuação do Parquet Estadual quer como parte, litisconsorciando-se com o Parquet Federal, quer como custos legis. Precedentes desta Corte: REsp 876.936/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 13/11/2008; REsp 440.002/SE, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 6/12/2004.

2. É que "Na ação civil pública, a legitimação ativa é em regime de substituição processual. Versando sobre direitos transindividuais, com titulares indeterminados, não é possível, em regra, verificar a identidade dos substituídos. Há casos, todavia, em que a tutela de direitos difusos não pode ser promovida sem que, ao mesmo tempo, se promova a tutela de direitos subjetivos de pessoas determinadas e perfeitamente identificáveis. É o que ocorre nas ações civis públicas em defesa do patrimônio público ou da probidade administrativa, cuja sentença condenatória reverte em favor das pessoas titulares do patrimônio lesado. Tais pessoas certamente compõem o rol dos substituídos processuais. Havendo, entre elas, ente federal, fica definida a legitimidade ativa do Ministério Público Federal. Mas outras hipóteses de atribuição do Ministério Público Federal para o ajuizamento de ações civis públicas são configuradas quando, por força do princípio federativo, ficar evidenciado o envolvimento de interesses nitidamente federais, assim considerados em razão dos bens e valores a que se visa tutelar [...]" REsp 440.002/SE, DJ de 6/12/2004 .

3. In casu, a ação civil pública objetiva a tutela da prestação de serviço público de telecomunicações, que está inserido na esfera federal, segundo a dicção do inciso XI do art. 21 da Constituição Federal, evidenciado-se, dessa forma, o envolvimento de interesses nitidamente federais e, conseqüentemente, legitimando a atuação do Ministério Público Federal na causa.

4. Agravo regimental não provido.

(grifos nossos)

(STJ - AgRg no REsp 976.896/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2009, DJe 15/10/2009)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. ILEGITIMIDADE ATIVA. COMPETÊNCIA. REPARTIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL. DISTINÇÃO ENTRE COMPETÊNCIA E LEGITIMAÇÃO ATIVA. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES. LEGITIMIDADE. SÚMULA 05/STJ.

1. O Ministério Público Estadual não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública objetivando a tutela de bem da União, porquanto atribuição inserida no âmbito de atribuição do Ministério Público Federal, submetida ao crivo da Justiça Federal, coadjuvada pela impossibilidade de atuação do Parquet Estadual quer como parte, litisconsorciando-se com o Parquet Federal, quer como custos legis. Precedentes desta Corte: REsp 440.002/SE, DJ 06.12.2004 e REsp 287.389/RJ, DJ 14.10.2002.

3. É que "(..)Na ação civil pública, a legitimação ativa é em regime de substituição processual. Versando sobre direitos transindividuais, com titulares indeterminados, não é possível, em regra, verificar a identidade dos substituídos. Há casos, todavia, em que a tutela de direitos difusos não pode ser promovida sem que, ao mesmo tempo, se promova a tutela de direitos subjetivos de pessoas determinadas e perfeitamente identificáveis. É o que

Decisão em AT – Fls. 2/9
Proc: 2015.5102135094-3

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

ocorre nas ações civis públicas em defesa do patrimônio público ou da probidade administrativa, cuja sentença condenatória reverte em favor das pessoas titulares do patrimônio lesado. Tais pessoas certamente compõem o rol dos substituídos processuais. Havendo, entre elas, ente federal, fica definida a legitimidade ativa do Ministério Público Federal. Mas outras hipóteses de atribuição do Ministério Público Federal para o ajuizamento de ações civis públicas são configuradas quando, por força do princípio federativo, ficar evidenciado o envolvimento de interesses nitidamente federais, assim considerados em razão dos bens e valores a que se visa tutelar (...) RESP 440.002/SE, DJ de 06.12.2004 .

3. In casu, a ação civil pública objetiva a tutela de bens e interesses eminentemente federais, como sói ser, a proteção de bem da União cedido ao Estado do Rio de Janeiro, cognominado Parque Lage.

4. A análise da denominada Representatividade Adequada (Adequacy of Representation) inerente às class actions equivale a aferir os objetivos estatutários, o que esbarraria na Súmula 05/STJ.

5. Deveras, cessão de bem da União situado em determinado bairro, não se encarta nos objetivos da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico, por isso que com acerto concluiu o aresto a quo: "O objetivo da respectiva Associação de manutenção e melhoria de qualidade de vida no bairro do Jardim Botânico, buscando sustentar sua ocupação e desenvolvimento em ritmo e grau compatíveis com suas características de zona residencial, não é suficiente para deduzir pretensão envolvendo possível dano de natureza ambiental, em patrimônio da União (Parque Lage), com agressão, outrossim, a patrimônio histórico e paisagístico(..)" fl. 555.

6. Recurso Especial interposto pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico não conhecido e recurso apresentado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro desprovido.

(grifos nossos)

(STJ - REsp 876.936/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 13/11/2008)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. QUIOSQUES NA ORLA DE ITAPOÃ E ITAPARICA PARALISAÇÃO DAS OBRAS DE REURBANIZAÇÃO. PRONUNCIAMENTO DOS ÓRGÃOS PERTINENTES ACERCA DOS ASPECTOS URBANÍSTICOS E ESTÉTICOS DO USO DE BEM PÚBLICO E DO MEIO AMBIENTE.

1. Trata-se de Agravo de Instrumento, nos autos da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Espírito Santo, em face do Município de Vila Velha e da União, contra decisão que deferiu em parte o pedido de liminar determinando que esta, através da Gerência Regional do Patrimônio da União - ES (GRPU/ES) desse início ao procedimento de fiscalização dos quiosques, aplicando, quando cabíveis, penalidades, desde multa até desocupação e demolição dos quiosques, e indeferiu o pedido liminar formulado contra o Município de Vila Velha, qual seja, a paralisação das obras de reurbanização da orla de Itapoã e Itaparica até que os órgãos pertinentes se pronunciassem acerca dos aspectos urbanísticos e estéticos do uso de bem público e do meio ambiente.

2. Inicialmente, cabe aquilatar-se a legitimidade ativa ad causam do Ministério Público do Estado do Espírito Santo para atuar perante a Justiça Federal, considerando a regra do artigo 128, incisos I e II, da Constituição Federal, não obstante a regra do artigo 5º §5º da Lei 7374/85, que foi acrescentado pela Lei 8078/90, que reza: "Art. 5o Têm legitimidade

Decisão em AT – Fls. 3/9
Proc: 2015.5102135094-3

JFRJ
Fls 474

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

para propor a ação principal e a ação cautelar: (...) § 5.º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei."

3. Anote-se, a uma, que, como cediço, o § 5º, do artigo 5º, acrescido pelo artigo 113 da Lei 8078/90, foi objeto de veto presidencial (DOU 12/9/90) que não foi rejeitado pelo Congresso Nacional; a duas, mesmo que se entenda, o que já se sublinhou incorre, com o advento da Lei Complementar 75/93, artigo 37, e Lei 8625/93 artigos 25, 26, 27, ocorreu a revogação tácita do referido dispositivo legal, mormente de forma a adequar o ordenamento jurídico com a regra constitucional do artigo 128, incisos I, e II, da Constituição Federal, dada a correlação que deve haver no atuar dos ramos do Ministério Público às respectivas Justiças, aqui no sentido orgânico, de molde que a identificação da atribuição do órgão do Parquet se mede pela competência correspectiva.

4. Nesta ordem de idéias, d.m.v., não há como subsistir no pólo ativo da demanda o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por mais louvável que seja a atuação, daquela Instituição, sob pena de se subverter as regras legais, e constitucionais, devendo ser extinto o processo, sem resolução do mérito, em relação ao mesmo, no âmbito deste recurso, por força do efeito translativo próprio, não se cuidando, de hipótese, quer de reformatio in pejus, quer de decisão extra petita, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça (STJ, mutatis, REsp 331232, DJ 22/4/02, e sim de preservação da competência, e das condições da ação.

5. Considerando a pretensão recursal, a causa petendi quanto ao Município, resta desinflante ao deslinde deste recurso, mormente, pelo sinalado pela parte recorrente - "Tais irregularidades oportunamente serão analisadas para a adoção de providências que o caso requer, pois causou perplexidade ao Parquet a aprovação do processo de licenciamento das obras, concedido no dia 15 de setembro de 2008, ou seja, somente 03 (três) dias após o ajuizamento da Ação Civil Pública" - pelo que se analisará, tão somente, o pleito em relação à União.

6. Na decisão interlocutória objurgada, o Juízo a quo, de forma adequada e correta, determinou a verificação pela União de serem, ou não, as ocupações legítimas, invocando como fundamento os artigos 7º a 10 da Lei 9636/98, que remetem, inclusive, ao artigo 47, do mesmo Diploma Legislativo, a autorizar, eventuais, cobranças, como delineado no decisum, pelo que descabe, d.m.v., invocar precedente desta Corte Regional (TRF/2R AMS 2005.50.01.009852-0, minha Relatoria) que cuidou de hipótese diversa, a par de que em sede de cognição exauriente, o que atrai, in casu, soluções diversas.

7. Nesse diapasão, o parecer ministerial de 2º grau, não obstante conclua pelo provimento da irresignação recursal, a meu juízo, prova demais o acerto da decisão de piso, quando afirma: "(...) Iguamente desarrazoado é entender, com base em licenças completamente contraditórias, que reconhecem a necessidade de estudos técnicos e constatam diversas irregularidades, mas, ainda assim, deferem permissão para que o empreendimento seja executado, que as obras não devam ser paralisadas. (...) Aliás, é possível constatar, além das contradições apontadas, que as licenças foram expendidas sem que se fizesse qualquer ressalva quanto aos diversos estudos técnicos necessários à implantação do projeto de reurbanização e à adoção de medidas amenizadoras dos impactos ambientais. Assim, a conclusão a que se chega é a de que as obras devem, sim, ser paralisadas até a remoção dos quiosques, a

JFRJ
Fls 475

Decisão em AT – Fls. 4/9
Proc: 2015.5102135094-3

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

apresentação dos estudos técnicos necessários e a expedição de licença consistente de operação." o que conduz à preservação da mesma.

8. Agravo de Instrumento desprovido e, de ofício, extinto o processo, sem resolução do mérito, concernente à Ação Civil Pública, tombado sob o nº 2008.50.01.011261-9, em trâmite na 5ª Vara Federal Cível, Seção Judiciária do Espírito Santo, em relação ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

(grifos nossos)

(TRF - 2ª REgião - AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 171881 - Relator: Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND - 8ª TURMA ESPECIALIZADA - 31/08/2009)"

JFRJ
Fls 476

Nesse ponto, reconheço a ilegitimidade do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para figurar no polo ativo da relação processual, rejeitando, de plano, o litisconsórcio ativo e determinando a exclusão do mencionado ente da relação processual.

Narra a inicial que, em 07.05.2013, por meio da Portaria nº 058/2013, a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural de Niterói, converteu em Inquérito Civil, autuado sob o nº MPRJ 2012.01339146, o Procedimento Preparatório, Portaria nº 212/2012, que fora iniciado em dezembro do ano anterior em razão de recebimento de representação, com pedido de providências ao Ministério Público, que possuía como objeto a ilegalidade na alteração do Plano Diretor do município de Maricá, o qual fora realizado sem audiência pública, visando a transformação em área industrial daquela destinada a projeto de terminação portuário.

Informa o MPF que, durante as investigações, fora descoberto que, além da mencionada irregularidade, não houve a realização de estudos prévios de natureza técnica no local que fora requerido para a alteração dos limites da Unidade de Conservação na Ponta Negra, fato que redundou no ajuizamento de Ação Civil Pública de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa (que fora autuada sob o nº 016233-52.2015.8.19.0031).

Esclarece que, no transcorrer do Inquérito Civil, o qual fora conduzido pela presidência do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA, quando da apuração da legalidade do licenciamento do empreendimento, favorecido pelas alterações na legislação urbanística de Maricá, foram identificadas diversas irregularidades dentre as quais a omissão do Poder Público no seu dever de proteção histórico, ambiental, ecológico e arqueológico do local.

Assevera que, no local, e ao longo da praia de Jaconé, entre Maricá e Saquarema, é registrada a existência de rara área de formação rochosa, denominada "Beachrocks", que assegura ao local valor cultural, científico, histórico e arqueológico, sendo passível de tombamento, caracterizando patrimônio de relevância internacional.

Decisão em AT – Fls. 5/9
Proc: 2015.5102135094-3

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

Aduz que, diante da relevância cultural da região, o Museu Nacional, o Instituto de Geociências da UFRJ e a UFF solicitaram o tombamento do local junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, procedimento esse que fora submetido a meticolosa análise e que recebeu pareceres positivos de diversos órgãos competente, vindo o Conselho Estadual de Tombamento, em 23.05.2013, a se manifestar favoravelmente, por unanimidade.

JFRJ
Fls 477

Afirma que, durante o transcorrer do procedimento, este fora submetido ao Superintendente de Projetos Estruturantes, que, por sua vez, solicitou a opinião do Subsecretário de Energia, Logística e Desenvolvimento Industrial, tendo havido a informação da existência de dois projetos de natureza econômica que poderiam dificultar as licenças ambientais do local, que seriam o Gasoduto da Rota 3 da Petrobras, em processo de licenciamento junto ao IBAMA, e o Terminal Portuário de Granéis Líquido e Estaleiro Ponta Negra (TPN), em processo de licenciamento junto ao INEA.

Acrescenta que, a partir das referidas informações, o Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Casa Civil determinou o arquivamento sumário do processo de tombamento sem contudo consultado ou submetido a questão ao Chefe do Poder Executivo, contrariando a legislação vigente.

Conclui que, com a pretendida instalação do mencionado Terminal Portuário na região, há a iminência da supressão total dos "Beachrocks" da praia de Jacané, fato que, segundo estudos e informações realizados por instituições e especialistas em meio ambiente, trará impactos e danos ambientais irreversíveis no local, além de ocasionar prejuízos culturais, históricos e arqueológicos na região.

A petição inicial encontra-se instruída com a cópia do Procedimento Administrativo de Tombamento - INEPAC e-18/001/432/2015 que fora instaurado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC e que restou indeferido pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro (fls. 131/190).

Também acompanham a inicial, as cópias da Portarias 58/2013, referente à conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil realizada pelo MPE-RJ (fl. 196), da Portaria 212/2012, referente à instauração de Procedimento Preparatório instaurado pelo MPE-RJ (fl. 197), além das Representações oferecidas ao MPE-RJ em outubro de 2012 e em maio de 2013 (fls. 198/201 e 202/206).

Ainda, instruem o feito, os Pareceres Técnicos do GATE Ambiental nº 46/2015 (fls. 207/292) e nº 265/2015 (fls. 293/367), ambos sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) referente ao requerimento de Licença Prévia para a implantação do Terminal Ponta Negra, em Maricá e que concluíram pela eventual ocorrência de impactos ambientais na região com a implantação do

Decisão em AT – Fls. 6/9
Proc: 2015.5102135094-3

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

empreendimento (fls. 207/292) e considerando precipitada a decisão do INEA sobre a viabilidade ambiental da localização do referido Terminal e recomendando a revisão do licenciamento ambiental e sua discussão em conjunto com órgãos competentes como o IBAMA e o ICMBIO (fls. 293/367).

JFRJ
Fls 478

Constam, ainda, o Ofício nº 297/15 do Departamento de Recursos Minerais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Governo do Estado do Rio de Janeiro (fl. 369) e o Relatório Técnico com resposta ao Ofício GAEMA 158/2015 (fls. 370/375), dando conta dos eventuais impactos ambientais e os prejuízos aos "Beachrocks" de Jacomé com a construção do Terminal Portuário de Granéis Líquido e Estaleiro - Ponta Negra (TPN).

A inicial também é instruída com artigo desenvolvido por geólogos e que fora publicado no SIGEP - Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil O sobre o local (fls. 389/410), além de respostas de professores da UFRJ ao Ofício 157/2015 do GAEMA onde são relatados os possíveis impactos ambientais diretos e indiretos sobre a região a partir da construção do empreendimento (fls. 425/434).

Por derradeiro, às fls. 454/456, são juntadas cópias de ofícios enviados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (fls. 454/456), à Diretoria do Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro (fl. 457) , ao Reitor da Universidade Federal Fluminense - UFF (fl. 458), ao Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (fl. 459), ao Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (fl. 460) e ao Departamento de Geologia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IGFO, apresentando proposta de tombamento do sítio geológico na Praia de Jacomé (fls. 461/462).

Com efeito, a legislação pátria, a começar pela CRFB/88, não deixa dúvidas de que a proteção do meio ambiente é dever comum da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 23, inciso VI), sendo a sua defesa um princípio geral de ordem econômica (art. 170, inciso VI).

Por outro lado, o artigo 225 da Carta dispõe sobre o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, caracterizando o mesmo como "*bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*" além de impor ao Poder Público e à coletividade o dever de sua defesa e preservação, bem como sujeitando a sanções penais e administrativas a todos aqueles que, por meio de suas condutas e atividades, o lesarem.

Além disso, a Lei nº 6.938, de 31.08.1981, ao dispor sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 2º e incisos, estabelece como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, segundo os seguintes princípios:

Decisão em AT – Fls. 7/9
Proc: 2015.5102135094-3

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

JFRJ
Fls 479

"Art. 2º - (...)

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

(grifos nossos)

Conforme demonstra o MPF, por meio de vasta documentação, a construção do Terminal Portuário de Granéis Líquido e Estaleiro Ponta Negra (TPN), que se encontra em processo de licenciamento junto ao INEA, apresenta elevados riscos de supressão total dos "Beachrocks" da praia de Jaconé, além de poder provocar graves danos aos patrimônios ambiental, ecológico e arqueológico da região.

Da mesma forma, também demonstra o Ministério Público não ter havido prévios estudos de natureza técnica sobre os possíveis impactos ambientais decorrentes da construção.

Demais disso, como se infere dos autos, o procedimento de tombamento cultural da localidade fora sumariamente arquivado pelo Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Casa Civil, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sem que tenha havido consulta ou decisão do Governador do Estado contrariando a legislação vigente.

Com efeito, ao menos nesta fase de cognição sumária, parece-me evidenciado o risco iminente de danos na região da praia de Jaconé, localizada

Decisão em AT – Fls. 8/9
Proc: 2015.5102135094-3

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

entre os municípios de Maricá e Saquarema, em caso de construção do mencionado Terminal Portuário sem a devida análise e o necessário estudo dos impactos ambientais sobre o local.

JFRJ
Fls 480

Nesse ponto, tenho que os interesses privados a serem suprimidos ou reduzidos, longe estão de terem o mesmo valor do interesse público consubstanciado na necessária proteção do patrimônio público, notadamente em se tratando de bem destinado ao uso indiscriminado por qualquer cidadão, sendo certo que a eventual aprovação da construção do Terminal Portuário no local, de forma irregular, além da eventual ocorrência dos danos dela decorrentes também constitui verdadeiro estímulo à prática de novas irregularidades em detrimento dos bens materiais e materiais que merecem a tutela e a proteção estatal.

Ante o exposto:

1 - Determino a exclusão do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPERJ do feito.

2 - Demonstrada a verossimilhança e a urgência da medida, DEFIRO parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela de mérito para determinar que a União Federal, o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Maricá se abstenham de praticar qualquer ato ou omissão tendente a suprimir, destruir, mutilar ou descaracterizar, total ou parcialmente, direta ou indiretamente o patrimônio cultural e arqueológico caracterizado como os *Beachrocks* de Jaconé localizados entre os municípios de Maricá e Saquarema, "observada a área definida pelo polígono ABCDEFGHI elaborado pelo INEPAC", conforme as coordenadas geográficas descritas na inicial.

CITEM-SE e INTIMEM-SE a União Federal, o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Maricá.

Cientifique-se por mandado o MPE, da sua exclusão do feito.

Niterói, 17 de novembro de 2015.

(ASSINADA ELETRONICAMENTE)
LEOPOLDO MUYLAERT
Juiz Federal

Decisão em AT – Fls. 9/9
Proc: 2015.5102135094-3